

Editorial

Em seu décimo-quarto número, a revista *Espaço e Cultura* oferece um conjunto de textos originalmente publicados nas línguas inglesa e francesa e, geralmente, pouco acessíveis aos leitores brasileiros. Publicados há mais de vinte anos, representam ou uma tomada de posição diante da temática da cultura, ou um conjunto de reflexões sobre a geografia cultural.

O artigo de Raymond Williams é um exemplo do primeiro caso. Trata-se da versão de uma conferência por ele realizada em Montreal em abril de 1973 e publicada no mesmo ano no periódico inglês *New Left Review*. Juntamente com o artigo de James Duncan, no qual se estabelece a crítica sobre a visão da cultura como uma entidade supraorgânica, e publicado no número 13 de *Espaço e Cultura*, constitui um texto fundamental para os interessados na dimensão espacial da cultura, no qual esta última é liberada de uma interpretação na qual era considerada como uma 'superestrutura' determinada pela 'base'.

Raymond Williams não apenas oferece argumentos decisivos contra a visão de cultura em um contexto base-superestrutura, como reporta-se ao conceito gramsciano de hegemonia como fundamental para se distinguir uma cultura dominante, em relação a qual aparecem culturas residuais e emergentes. Esta distinção rompe com a visão de uma cultura homogênea, socialmente indiferenciada, uniforme.

Em 1981, o periódico *L'Espace Geographique* publicou um amplo debate sobre a geografia cultural francesa, que, naquele momento assumia uma nítida identidade. Três dos textos então publicados foram selecionados, traduzidos e publicados no presente número. São reflexões sobre a natureza e os problemas da geografia cultural, que guardam ainda importância na atualidade.

O primeiro dos textos é assinado por Christian Taillard e reporta-se às diversas definições de cultura, envolvendo escalas espaciais e temporais distintas. O autor nos alerta sobre os riscos que a geografia cultural pode correr e enfatiza a natureza política da cultura. Aponta, também, as funções que a cultura desempenha. A primeira é a de integração, que identifica os 'nós' e os 'outros', estabelecendo a noção de pertencimento. A segunda função é a de regulação, que envolve uma relação de poder, a qual se dá em diversas escalas espaciais. A terceira, por fim, é a de enquadramento, que tem também forte conotação política e que leva à distinção, por exemplo, entre cultura da elite e cultura popular.

Segue-se o artigo de Michel Sivignon a propósito da geografia cultural, no qual ressaltam-se, inicialmente, os riscos que a geografia cultural corre em seu processo de (re) expansão, seguindo-se a discussão das dimensões culturais da geografia política. Sivignon, como outros autores, enfatiza a natureza política da geografia cultural. Esta relação, segundo o autor, se estabelece nitidamente nos domínios da religião e da língua, a partir das quais emergem inúmeros conflitos que demandam ações políticas, as quais podem manifestar-se de diversas formas, até mesmo por meio de uma política educacional visando à unificação cultural de um país.

Mongi Bousnina, Jean Marie Miossec e Henri Picheral, por sua vez, discutem algumas relações entre espaço e cultura, enfatizando os países do Terceiro Mundo. A primeira das relações refere-se às escalas espaciais da cultura e ao processo de homogeneização relativa que afeta o mundo, gerando inúmeras tensões espaço-culturais, as quais constituem, segundo os autores, relevantes temas para investigação por parte dos geógrafos culturais.

Para concluir este número, apresentamos, na seção Resenha, o comentário do livro *Ethnicity and Community in Southern Mexico: Oxoca's peasantries*, de Colin Clarke, elaborado por Gisela Aquino Pires do Rio.